

A Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães

Aida Maria Reis da Mata
Maria João Dias Costa

“A uma légua da Cidade de Braga, para a parte do Norte estiveram antigamente uns paços e casas de prazer d’el-Rei Theodomiro entre os lugares de Sobrado e Mire vizinhos ao rio Cávado (...). Perto destes paços do Rei, em lugar mais alto, e eminente à vista do mesmo rio, ficava um sitio retirado, e solitário que a S. Martinho Dumiense pareceu muito acomodado, para nele se fundar um Mosteiro de Monges; E como Capelão Mor do Rei lhe persuadiu, que pois tinha seus paços tão perto, para recreação dos sentidos, fundasse também uma casa de Deus naquele sítio, para recreação da alma. O Rei como era tão pio mandou que logo se edificasse, e se dedicasse a S. Martinho Turunense, de quem era devotissimo devoto...”.

Com estas palavras do Abade Geral da Congregação de S. Bento, Frei Leão de S. Tomás, em 1644, na sua “Benedictina Lusitana”, a tradição historiográfica remete para o tempo dos suevos e para a acção de S. Martinho Dumiense a instalação de um mosteiro em Tibães. Esta eventual origem não pôde, porém, ser ainda comprovada nem documental nem arqueologicamente, pelo que consideramos os finais do século X ou os princípios do século XI, os tempos da fundação do primitivo cenóbio de Tibães.

Em 1080, um dos membros da família patronal do velho Mosteiro de Tibães reedifica-o, transformando-o num dos mais relevantes do Condado Portucalese na difusão dos costumes monásticos de Cluny. Entre 1085-1096 é adoptada a regra beneditina e o Mosteiro de Tibães, entre alguns outros mosteiros, abandonando os antigos usos monásticos da Hispânia e coadjuvados pela acção dos Bispos de Braga transformou-se em pólo de difusão dos princípios gregorianos, em particular a adopção do rito romano. A este seu papel se deve ligar o importante benefício concedido ao Mosteiro de Tibães pelo Conde D. Henrique, pai do primeiro rei de Portugal, que foi a concessão das terras adjacentes ao mosteiro e a outorga, em 1110, da Carta de Couto.

Os benefícios económicos de ser terra coutada acrescidos aos do exercício dos direitos fiscais e judiciais e à acumulação de riqueza, criada por doações piedosas, transformaram o Mosteiro de Tibães num dos mais ricos e prestigiados mosteiros da Arquidiocese de Braga, detentor de grande poder e senhor de vastos e ricos domínios em todo o noroeste de Portugal.

O Mosteiro de Tibães, tal como a maior parte dos mosteiros beneditinos e as ordens monásticas em geral, gozou desta grande prosperidade até finais do século XIII, período em que se acentua a decadência material e espiritual da Igreja que perdurará até meados do século XVI, quando se começam a sentir os efeitos da Contra Reforma.

Ultrapassando, não sem grandes dificuldades, esta crise religiosa o Mosteiro de Tibães recebe a reforma beneditina e a nova Congregação de S. Bento de Portugal e, em 1569, torna-se Casa Mãe dos beneditinos portugueses, espaço de encontro e decisão. Será aqui, na sua Sala do Capítulo, que toda a Congregação se passará a reunir em capítulo geral, de três em três anos, para a eleição do Abade Geral e prelazias conventuais e tomar as medidas quer do foro espiritual, quer do material de cada mosteiro.

É o nascer de uma nova época, um novo período de melhor administração espiritual e temporal, que transformará o velho Mosteiro de S. Martinho de Tibães na grandiosa e bela Casa Mãe dos beneditinos portugueses, congregação que chegou a possuir 22 mosteiros, não contando os que fundou no Brasil a partir 1580.

O assumir do novo poder de Casa Mãe, a prática de mais amplas funções e o aumento dos membros da comunidade, tornaram exíguo o velho edificado românico/gótico de Tibães. Tornava-se necessário um redimensionamento do espaço que respondesse às exigências dos novos poderes espiritual e temporal.

Em 1628, com a decisão do Abade Geral Frei Leão de S. Tomás de construir uma nova igreja, foi dado o primeiro passo numa intensa actividade de remodelação, ampliação e construção de raiz que alargaria para norte, poente e sul o novo mosteiro, desenvolvido à volta de dois claustros, o do Cemitério e o do Refeitório, e de dois pátios, o terreiro de S. João e o terreiro das adegas.

Nos anos seguintes, e até ao final do século XVIII, decorreram construções e reconstruções, decorações e redecorações, seguindo novos gostos e acompanhando novas estéticas, respondendo ao que designamos hoje por uma linguagem mista entre o maneirismo e o rocaille. Os monges beneditinos, conjugando magnificamente as diversas artes, utilizaram, numa relação de estrita complementaridade, a talha, o azulejo, a pintura, a escultura, a ourivesaria e o mobiliário criando um dos maiores e mais importantes conjuntos monásticos beneditinos, e peça chave na "rede" monástica da Ordem de S. Bento do noroeste de Portugal.

Atraídos pela possibilidade de trabalho ou chamados pela administração beneditina, detentora de meios abundantes para pôr em prática uma política de prestígio afluem, então, a Tibães artistas das mais variadas formações. Homens que, fazendo os riscos e as plantas, trabalhando a madeira e os metais, a pedra e o barro e utilizando o ouro e as tintas, deixaram um trabalho que atingiu, de um modo geral, níveis superiores de técnica e perfeição e ficou ligado ao melhor do que se fez na arte portuguesa dos séculos XVII e XVIII. A sua produção será o melhor testemunho do papel do Mosteiro de S. Martinho de Tibães como importante centro gerador de cultura e notável pólo de criação e irradiação artística.

Tal como o edifício, também a Cerca, situada nas faldas do monte de S. Gens, na sua encosta norte virada ao rio Cávado, sofre profundas alterações. Encimado pela Capela de S. Filipe, o monte de S. Gens é ocupado a meio pela

Capelinha de S. Bento e ao fundo pelo mosteiro. Segundo as crónicas beneditinas, acolheu nos primeiros tempos da nacionalidade anacoretas que, sob o Carvalho, seguiam a sua eremítica vocação. Ocupado actualmente por Pinhal e Eucaliptal, só dentro da Cerca do mosteiro a vegetação climácica consegue ir recuperando o seu espaço secular, servindo de refúgio e habitat a centenas de espécies da nossa fauna e flora. Podemos aqui observar entre outras plantas da associação do Carvalho do Norte (*Quercus robur*), o protegido Azevinho (*Ilex aquifolium*), o Loureiro (*Laurus nobilis*), a Avelreira (*Corylus avellana*), o Medronheiro (*Arbutus unedo*), a Gilbarbeira (*Ruscus aculeatus*) e o Bordo (*Acer pseudoplatanus*).

Os seguidores de S. Bento na sua forma de viver em consonância com a natureza, ao localizarem os seus mosteiros em sítios ermos ou sobranceiros a agregados populacionais, transmitindo-lhes as técnicas de arroteamento e granjeio, ao plantarem milhares de árvores sobretudo castanheiros, sobreiros e carvalhos, ao plantarem olivais, vinhas e pomares e ao incrementarem novas culturas, que exigiram um eficiente sistema de condução e distribuição de água, foram um importante pólo ordenador da paisagem do norte de Portugal até ao século XIX, que subsistiu até ao século XX.

As terras do mosteiro eram muradas para “proibir os muitos furtos das lenhas” e “os danos que faziam os gados”. Os muros começaram por envolver os terrenos mais próximos a “Cerca pequena”, mais tarde “...meteu-se dentro muita terra bravia...” e fez-se a “Cerca da mata”. Este muro com mais de três metros de altura é o que ainda hoje delimita a Cerca.

Na Cerca pequena que englobava as Hortas, os Pomares, a Casa do hortelão, a Capelinha de S. Bento, as fontes das Avelleiras, dos Tornos e do Pevidal, os monges, no século XVIII, associando o poder económico à estética barroca, marcante nas obras em curso no novo edifício conventual, implantaram eixos formados por sebes de buxo, muros brancos e caminhos ensombrados por ramadas que direccionavam o espaço para: um ponto de água, enquadrado por magestosa fonte ou tanque de pedra lavrada; um percurso pela mata onde a exuberância da vegetação surpreende; uma “rua das fontes” ou escadório que, através duma sucessão de fontes trabalhadas, intercaladas por escadas e patamares lajeados, contrastavam nas suas cores e doirados com os

pomares envolventes, sobe até ao Jardim e Capelinha de S. Bento. A estrutura deste espaço chegou até nós intacta e com vestígios de buxos, rebocos, ramadas e fontes.

Por jardins do Mosteiro de Tibães estavam designados os espaços do Claustro do Cemitério, do Claustro do Refeitório, Jardim de S. João, Jardim da Capelinha de S. Bento e Jardim do Jericó. Estes espaços eram trabalhados pelo hortelão que cuidava também dos alegretes do Passadiço e do Pátio do Galo. Os canteiros eram contidos por sebes de buxo ou por cantaria de granito. Vindo de diversas minas, a indispensável água chegava até estes locais por uma elaborada rede de alcatruzes de barro, caleiros de pedra e canos de chumbo que dotavam as fontes do elemento necessário a toda uma encenação barroca. Esta corrente estética, que trata o espaço de modo a criar ilusões, mostrar grandeza e deslumbramento e onde a arquitectura se molda à paisagem, foi ilustrada em Portugal pelo escadório.

A Capelinha de S. Bento servida, já em 1632, por um caminho que para aí se dirigia desde as hortas do mosteiro, é reformulada em 1652. Assiste depois à transformação dos terrenos envolventes no triénio de 1725-27 "...deu-se nova forma a todo o monte de S. Bento pois tudo o que dantes eram árvores agrestes se reduziu a pomar e se fizeram os socalcos de pedra e cal e curiosamente pintados...". Nesta altura é feito o jardim da capelinha e o tanque dos viveiros do qual "há-de sair água para sete fontes que hão-de vir pelo caminho abaixo e já ficam principiados os lugares para duas fontes". No fundo do caminho é construída a Fonte de S. Beda, que em 1731 é mudada para nascente. Em 1728-31 "acabou-se na cerca a capela do N.P.S. Bento, os jardins e as duas fontes".

Com Frei Manuel dos Serafins (1731-34) fizeram-se as outras cinco fontes, e um chafariz de chuveiros. No ano de 1731, no livro das obras, há referência ao pagamento das "Plantas das Fontes" e em 1732 regista-se a compra de "dois litros de ouro para dourar os remates dos chafarizes". A um barrista de Braga são encomendadas as figuras das virtudes – Prudência – Justiça – Fortaleza – Temperança – Fé – Esperança e Caridade que, encimando cada fonte, conferem alegoricamente sentido à subida até à capelinha de S. Bento. Com elas estava concluído o Escadório de Tibães.

Em 1716 fazem “um grande átrio de pedra no mesmo andar do ante Capítulo Geral com uma fonte de bela arquitectura” – o Pátio do Galo. Modificada em 1728 de tal forma que “dela se vêem as hortas e pomares que não se viam dantes pelo que nela estava ser demasiado larga e tomar toda a vista”. Todo o artefacto que ali estava foi para a horta, para o lugar da Fonte dos Tornos, formando a Fonte de S.Bento, enquadrada por um “pátio e assentos de pedra lavrada e adiante um formoso tanque ou viveiro guarnecido com quatro figuras todas bem feitas e pintadas”. Ficava assim rematado, a poente, o eixo que começando na Fonte de S.Beda apresentava o Escadório a meio.

Outro espaço animado pela água é o “Passadiço ou varanda descoberta com uma fonte no meio e alegretes pelos lados”. Foi mandado fazer em 1731, ao mesmo tempo que o Jardim de S.João, “jardim alto que terraplanou e ladrilhou de esquadria e da mesma forma a arquitectura dos canteiros e belo chafariz”. Este jardim emoldurado pelo edifício e passadiço não teria uma função de lazer, mas sim a de proporcionar um belo cenário a quem entrava pela porta dos carros ou se abeirava das janelas. Este espaço estava a ser concluído em 1734 quando se compram tintas para pintar o S.João e “oito litros de ouro para o chafariz”.

Porém, os espaços mais cuidados pelo hortelão eram os claustros, uma vez que, obrigatoriamente, todos os dias os monges os usavam. Os claustros eram lajeados, tinham canteiros com flores e ervas e um chafariz no meio. As primeiras referências a obras são as do Claustro do Refeitório, no triénio 1614-1617, agora em ruínas. Em 1655, o do Cemitério era “lajeado, com onze canteiros em roda, todo guarnecido de azulejos”. Em 1725-28 fizeram-se obras pois estava a ruir “fez-se...o claustro da Igreja de pedraria com a armação dos alçados, forros, traves e solho e puseram-se nas sacadas grades de ferro...torneadas e pintadas, pondo-se de novo portas, postigos e vidraças...”. Existe ainda a referência a “uma palmeira que igualava os telhados” em 1750. Actualmente tem quatro grandes canteiros e quatro alegretes mantendo o chafariz no meio, acompanhado pela história de S. Bento de Núrcia nos azulejos setecentistas.

A última grande intervenção ainda visível, ao nível do construído, na Cerca do Mosteiro, foi o Lago. Construído entre 1795-98 “por não haverem águas

suficientes para o engenho de serra trabalhar”, no local onde existia a Fonte das Aveleiras, é “de cantaria em volta”. A sua forma elíptica remete-nos para o barroco final. Alimentado pelas águas de cinco minas este potencial energético fazia funcionar, além do engenho de serrar madeira, três moinhos e um engenho de azeite.

Os engenhos e moinhos reflectem a importância da transformação dos produtos agrícolas e florestais. Recordemos que o suporte económico dos beneditinos para todas as intervenções operadas nos séculos XVII e XVIII foi a criação e gestão eficiente da estrutura agrícola.

E assim, num cenário muito belo e assumindo-se como importante centro de poder e notável pólo cultural, viveu o Mosteiro de Tibães desde o século XVII a inícios do XIX.

Com o governo liberal e a política de extinção das ordens religiosas foi encerrado, em 1834, o Mosteiro de S. Martinho de Tibães. De imediato foram os seus bens, móveis e imóveis, inventariados e avaliados e logo, em 1834, ocorreram as primeiras vendas, em hasta pública. Foi o começo de um longo processo que só terminaria em 1864 com a venda do edifício conventual. Mãos particulares que, com o desenrolar dos tempos, se mostraram demasiado pequenas para conservarem uma cerca de 40 hectares e um imóvel de tão grandes dimensões. E assim, não obstante a sua classificação como Imóvel de Interesse Público desde 1944, o mosteiro conheceu o abandono, a delapidação e a ruína.

Vazio e no maior estado de degradação, acabou o Mosteiro de Tibães por ser adquirido, em 1986, pelo Estado Português que o afectou ao IPPC, actual Instituto Português do Património Arquitectónico.

Então, limpou-se o lixo, encaminharam-se as águas, reabriram-se os caminhos, começaram-se as obras, estancou-se a ruína. Pesquisou-se a história. Conheceu-se o espaço e os homens que nele viveram. Abriram-se as portas ao público, recebeu-se a Escola, dinamizou-se culturalmente o espaço. Pensou-se no programa da sua reutilização futura, fomentaram-se projectos de divulgação e de estudo, localizou-se e recuperou-se espólio. O Mosteiro de Tibães começava a retomar, no presente, a sua função cultural do passado.

A recuperação da Cerca

O processo de recuperação da Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães tem demonstrado que a recuperação de um jardim necessita de um profundo conhecimento deste. Conhecimento que não se limita aos levantamentos históricos, cartográficos e botânicos, nem tão pouco à caracterização dos vários sistemas e elementos, mas passa, sobretudo, pela vivência com o Jardim. É este contacto íntimo que nos permite gerir o espaço, ponderar e optar por este ou aquele processo técnico, por esta ou aquela árvore...

Nunca a Cerca será como nos séculos XVII, XVIII e XIX ou mesmo princípios do XX. O que se tem pretendido com este projecto de recuperação é dar liberdade, uma infinita liberdade, a quem se passeia na Cerca e que, munido de toda a informação possível, faça para si a sua Cerca. Só assim o espaço é apropriado por cada um que o visitar, o que também contribui para sua preservação, pois cada visitante fica seu defensor. É este o espírito da recuperação, que não implica uma inércia romântica, mas um trabalho constante, para que a Cerca nos eleve o espírito e nos faça sorrir com a natureza.

Em 1988, quando começámos a trabalhar, tudo eram silvas, entulhos, aterros, mimosas, buracos e lixo. Mas a estrutura da Cerca estava ali! Eram os restos de buxo que formavam alinhamentos interrompidos por castanheiros e acácias; eram os taludes que escondiam os muros; era a água que corria por todo o lado. Por entre o arvoredado vislumbravam-se as fontes sem água e, subindo a encosta, lá estava o escadório.

A possibilidade de recrutar trabalhadores por entre os agricultores locais possibilitou um trabalho de campo contínuo de conhecimento do terreno, ao mesmo tempo que, nos manuscritos, se colhiam as referências às obras no Mosteiro e na Cerca. Por outro lado, a cultura de quem, ao longo de gerações, trabalhou a terra mostrou-se uma boa aliada no terreno aos conhecimentos teóricos e técnicos.

No primeiro ano foi definida uma metodologia de intervenção que passava pelo controle das águas, seu aproveitamento e condução e por medidas de

protecção contra o incêndio e de sustentação da degradação, quer de estruturas inertes, quer vegetais e, ainda, para o enquadramento de visitantes.

A procura e o conhecimento levaram à interrogação do uso e possibilitaram a abertura a todos os que quisessem partilhar a descoberta e questionar o futuro da Cerca e Mosteiro.

À medida que iam aparecendo, nas limpezas, os caminhos, aquedutos, minas, fontes e muros descritos nos manuscritos, foram definidas quatro zonas na Cerca:

- I – Os Jardins – Jardim do Claustro do Cemitério, Claustro do Refeitório, Pátio de S. João, Pátio do Jericó e Jardim da Capela de S. Bento.
- II – A Zona Agrícola – compreendendo as Hortas e Pomares em socalcos, o Laranjal, o Olival e as Vinhas.
- III – Zona da Mata – Toda a área de mata inclusa nos muros da Cerca, onde as infestantes, principalmente do género Acácia, dominavam acompanhando Pinhal e Eucaliptal.
- IV – Zonas em propriedade e/ou de uso privado. A “Ouriçosa” e o “Passal” que incluem o Olival de baixo, o Pomar, virado a Braga, e as leiras resultantes da drenagem de terrenos encharcados, realizada no século XVIII. Estas zonas pelo seu estatuto privado não são, por nós, geridas.

Para cada zona e subzona foram delineadas acções de gestão que permitiram a sua salvaguarda, possibilitam um estudo contínuo e criam condições para a introdução do visitante, com o mínimo de degradação possível. Estas zonas foram tendo alguns acertos nos seus contornos mas mostraram-se válidas e permitiram-nos defender o espaço ocupado pelos Jardins e Zona Agrícola como “Núcleo Central da Cerca do Mosteiro”, impedindo a construção de estruturas de apoio à utilização do edifício nestes locais.

A elaboração de uma carta de ponderação dos espaços mostrou-se uma arma importante, pois foi atribuído ao Núcleo Central da Cerca o mesmo valor que à Igreja do Mosteiro, contribuindo assim para o seu real entendimento e confirmação do seu valor.

Consequentemente, começámos a vincular as 3 ideias mais importantes deste projecto:

- A Cerca e o Mosteiro formam uma unidade.
- A recuperação do edifício não pode ser feita à custa do espaço exterior.
- Os critérios quanto ao restauro, reutilização, inovação e recuperação devem ser os mesmos na Cerca e Edifício.

A Intervenção na Cerca

Para a compreensão do projecto de recuperação passamos, agora, a referenciar algumas das intervenções, dividindo as zonas em unidades possíveis de Identificação e de diferenciação:

- Ligando todas as zonas está a água, o elemento mais importante do jardim. Foi por ela que começaram os estudos e trabalhos. A Cerca ocupa a encosta virada a norte do monte de S.Gens. Nesta formação xistosa, a água é explorada através de minas, galerias que vão encaminhando pequenos veios de água para uma galeria principal que a transporta até à superfície do terreno. Daqui, aquedutos aéreos e subterrâneos conduzem-na até aos tanques, lago, fontes, moíños e Mosteiro. A impossibilidade de controlar o caudal da água, que sai continuamente das minas, associa à captação de água uma eficiente drenagem desta. Sempre apoiados por agricultores e mineiros da região, foram localizadas as 7 minas do mosteiro e, novamente, encaminhadas as águas para o seu interior. Sendo as águas de escorrência utilizadas nas parcelas exteriores à Cerca, teve de se assegurar que este sistema, assim como o da partilha da água do Lago, continuasse a funcionar.
- As intervenções no circuito hidráulico passaram por limpezas de minas, aquedutos, tanques, fontes e lago. Sempre que não era possível pôr a funcionar os aquedutos utilizaram-se, provisoriamente, circuitos alternati-

vos com tubos de plástico. Pretendeu-se, por um lado, salvaguardar os aquedutos de contínuas reparações provisórias que impediriam, no futuro, um estudo mais rigoroso para sua recuperação e, por outro, pôr rapidamente em funcionamento as fontes, nomeadamente as do escadório.

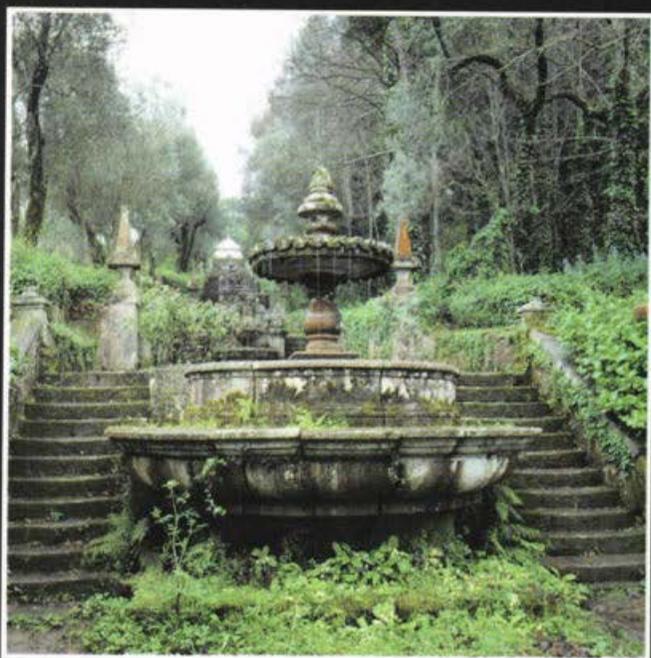
- Associada à reutilização do Mosteiro surge a necessidade de fornecer água para o seu consumo. Tendo como premissa que a utilização da água das minas terá sempre como prioridade a animação da Cerca e a rega dos campos agrícolas e jardins, segundo as técnicas tradicionais, realizaram-se estudos hidrogeológicos, de modo a fornecer água ao Mosteiro a partir do lençol freático, localizado a 80 metros de profundidade.
- Intervir nos elementos vivos é demorado e complexo pois, e como mero exemplo, ao reconduzirmos as águas estamos a secar pequenas zonas, nichos das salamandras e dos sapos. Assim, todas as acções foram graduais permitindo à fauna encontrar outros locais dentro da Cerca, mantidos ou criados para o efeito.
- Em 1987, a vegetação demonstrava um crescimento anárquico. A primeira etapa passou pelo reconhecimento dos elementos estruturais, sua ponderação e valorização. Foram tiradas as árvores que cresciam dentro dos buxos, nos socalcos, nos muros e nos caminhos a fim de se poder entender a estrutura da Cerca. Foi definido que não se coadunava a existência de mimosas (acácia melanoxyton) com a recuperação da Cerca, devido ao seu forte poder de infestação. Todas as árvores de fruto encontradas foram reproduzidas para posterior estudo de variedades.
- Devido ao facto de grande parte das Hortas e Pomares terem deixado de ser exploradas há cerca de 15 anos, e enquanto não se implantarem novos Pomares, Hortas e Laranjal, foram instalados prados que, passados os três anos iniciais, passaram a ser cultivados por agricultores da região, mantendo-se assim o aspecto agrícola da Cerca. Definiram-se as ramadas e uveiras a recuperar. Conhecíamos os locais das ramadas setecentistas e tínhamos vestígios das ramadas e uveiras mais recentes. Por termos consciência que esta forma de condução da vinha, que tanto

caracterizava a paisagem minhota, está a desaparecer, recuperámos as ramadas existentes seguindo os métodos tradicionais e utilizando ramadistas locais.

- À medida que limpávamos o terreno, confrontávamo-nos com a fauna e a flora espontânea que aparecia e nos fez adequar as técnicas de intervenção para permitir a manutenção das espécies. Deste modo, ficaram por limpar zonas do Pinhal, nicho dos coelhos, alimento das raposas; não se usam os herbicidas para preservar a violeta, a margarida, a prímula, o morangueiro bravo e outros; mantiveram-se as heras nos grandes carvalhos, nicho do ginete; dificultou-se o acesso a vários espaços para não serem pisados cogumelos, pequenos azevinhos, sobreiros e carvalhos.
- Após a limpeza, nos socalcos dos Pomares, atrás da Capela de S.Bento, que com a exploração do volfrâmio, em 1944, tinham sido desfeitos, verificou-se a recuperação da mata climácica, Optou-se por esta ocupação naquela zona da mata, localizando aí os viveiros de azevinho, espécie protegida em Portugal e com grande valor comercial.
- A zona da mata apresentava-se muito pobre quer em espécies, quer em porte, quer em solo. A ocupação florestal é de pinheiros, eucaliptos e acácias, com grande infestação de mimosas. Nesta parcela, com cerca de 15 ha, foi implementado um programa de controle das mimosas, apoiado por métodos culturais e químicos. Paralelamente, foi executado um projecto de reflorestação que levou à plantação de mais de 3.000 árvores, muitas delas vindas dos viveiros da Cerca, repetindo o percurso dos monges que plantaram no século XVII e cortaram no século XVIII.
- Foram retiradas as árvores dos sucacos do lado poente do Escadório. Permitiu-se assim, a quem se encontra no Jardim da Capela de S.Bento, usufruir visualmente da paisagem. Tal opção não foi seguida para o lado nascente pois nos dias de hoje, e contrariando os documentos antigos que nos dizem que desse sítio se viam as torres e campanários das igrejas de Braga, a paisagem está cheia de intrusões visuais que perturbam a quietude do local.

- Estão a ser repostos os alinhamentos de buxos ao longo de caminhos. Em outros locais a vegetação, que se desenvolveu espontaneamente, é aproveitada para criar os cenários, entendidos como os mais apropriados, para se sentirem os espaços.
- Devido à abertura ao público desde o início dos trabalhos, a vegetação mais significativa foi identificada, sensibilizando o visitante para o património natural. Paralelamente, foram implementados dois percursos na Cerca.
- Foi feito o registo da avifauna de modo a que os trabalhos de recuperação fomentem o aparecimento dos gaio, cuco, popa, pica-pau, que são grandes animadores da Cerca.
- Na zona de ruína do edifício há especial atenção para que a vegetação não contribua para a aceleração da ruína e, mais uma vez, forme o cenário pretendido.
- Quanto aos elementos inertes, onde incluímos não só fontes, lago, escadas, muros, lajedos e calçada, mas também pedras de cantaria, alvenaria e o solo. O sustentar a degradação passou por evitar a queda eminente de muros, fontes e outras estruturas. Nestes casos a recuperação foi feita recorrendo às técnicas tradicionais e observando o que estava executado na Cerca. A erosão dos sulcos e caminhos foi contida com técnicas culturais e encaminhamento de águas.

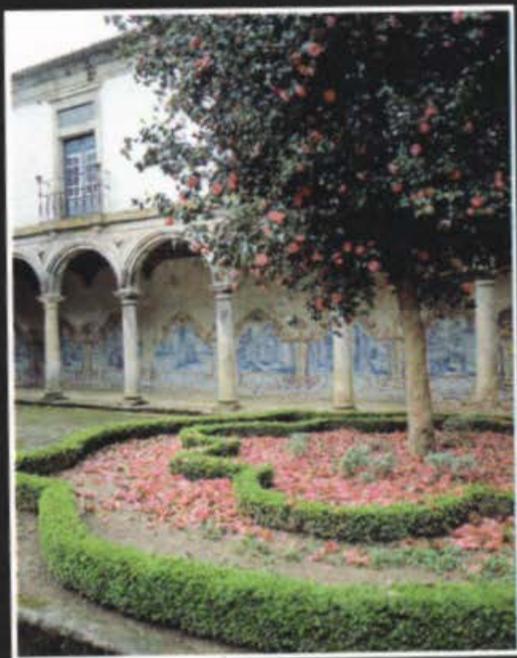
Os trabalhos que acabámos de descrever são o resultado de um diálogo profícuo entre paisagistas, historiadores, arquitectos, arqueólogos, biólogos, jardineiros, mineiros e “mestres de obras”; são orientados por uma arquitecta paisagista e executados por um grupo de homens que “formados” na agricultura tradicional foram adquirindo sensibilidades e conhecimentos que os permite actuar neste Jardim Histórico, que é a Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães.



Chafariz do Escadório.
Fotografia de Luis Ferreira Alves.



Pátio do Galo.
Fotografia de Luís Ferreira Alves.



Claustro do Cemitério.
Fotografia de Luís Ferreira Alves.



Caminho das Hortas.
Fotografia de Luis Ferreira Alves.

Anexo

Cerca do Mosteiro de S. Martinho de Tibães ganha Prémio Internacional “Carlo Scarpa para o Jardim”

No passado dia 9 de Maio foi entregue no Teatro Académico de Castelfranco, em Treviso, Itália, o Prémio Internacional “Carlo Scarpa para o Jardim” atribuído, na sua 9.^a edição, à Cerca do Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga, Portugal.

O Prémio “Carlo Scarpa” é atribuído pela Fundação Benetton Studi Ricerche, uma instituição cultural que, desde 1987, organiza estudos, investigação e experimentação no campo da salvaguarda e valorização do património autêntico de natureza e de memória. Esta Fundação, sediada na cidade italiana de Treviso, tem um centro de documentação, aberto ao público, e promove a investigação e a edição nas áreas da História de “Veneto”, História do Jogo e da Gestão da Paisagem.

Tomando o nome de um dos mais prestigiados arquitectos italianos, Carlo Scarpa (1906-1978), do movimento moderno, o prémio “Carlo Scarpa per il Giardino” foi instituído, em 1990, pela Fundação Benetton Studi Ricerche e distingue, anualmente, um sítio particularmente rico, no respeito pelos valores da natureza, bem como pelos valores da memória. O prémio pretende assim contribuir para a valorização do património paisagístico – realçando o trabalho manual e intelectual necessário para uma actuação “in loco” – é para a construção e divulgação da cultura da gestão da paisagem. O Júri, após a escolha do país, percorre e estuda os vários sítios que apresentam características de eleição e atribui o prémio.

Nas edições anteriores foram atribuídos os seguintes prémios:

- 1990, Sítio Santo António da Bica (Brasil)/ Roberto Burle Marx;
- 1991, Prémio especial a Rosario Assunto (Itália);
- 1992, Sissinghurst (Reino Unido)/ Pamela Schwerdt e Sibylle Kreuzberger;

- 1993, Désert de Retz (França)/ Olivier Choppin de Janvry;
- 1994, Avenida dos Heróis de Constantin Brancusi em Târgu Jiu (Roménia)/ Marin Sorescu;
- 1995, Floresta da Memória (Suécia)/ Departamento Cemitérios da Câmara Municipal de Estocolmo;
- 1996, La Fresneda nell' Escorial (Espanha)/ José Luis Aguirre Borrell, Luís Cervera Vera;
- 1997, Dessau-Worlitzer Gartenreich (Alemanha)/ Ludwig Trauzettel, Thomas Weiss.

O Júri da 9a edição do prémio foi constituído por Lionello Puppi (presidente) da Universidade de Veneza; Domenico Luciani (coordenador) da Fundação Benetton Studi Ricerche, Treviso; Carmen Añón da Universidade de Madrid; Monique Mosser da CNRS – Escola Superior de Paisagismo de Versailles; Thomas Wright da Universidade de Londres.

Para a sessão pública de entrega do prémio foi editada uma publicação, da qual retirámos os textos mais significantes e que agora apresentamos.

Regulamento do prémio

A Fundação Benetton Studi Ricerche promove anualmente uma campanha de sensibilização para um sítio particularmente rico no respeito pelos valores da natureza e da memória, campanha denominada Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim.

Finalidade

O prémio pretende contribuir para a promoção e difusão da cultura da “gestão da paisagem”.

O prémio propõe-se ser uma ocasião e um instrumento para dar a conhecer, para além do estreito âmbito das comunidades de especialistas, o trabalho

intelectual e manual necessários à gestão e modificação dos lugares, à salvaguarda e valorização do património autêntico de natureza e de memória; trabalho sem estatuto científico e currículo formativo, no qual confluem a ciência, a técnica, a arte e os mais diversos ofícios; trabalho que se desenvolve na identificação dos sinais e das características constitutivas dos lugares e na delimitação dos seus âmbitos; trabalho que prevê actos criativos, clarividentes programas de renovação, trabalhos quotidianos de manutenção, normas que regulam a convivência, no mesmo lugar, de patrimónios naturais, vestígios culturais e presença humana; trabalho que não se refugia em fenómenos efémeros ou na procura de efeitos e se encontra no difícil parâmetro da longa duração; trabalho que procura o equilíbrio entre conservação e inovação, condicionado pelas constantes mudanças de gosto e as permanentes transformações do papel que a natureza e a memória exercem sobre as diferentes civilizações e momentos históricos.

Objectivo

O prémio assinala todos os anos um lugar rico no respeito pelos valores da natureza bem como pelos valores da memória.

O júri escolhe anualmente um lugar que apresente características, mereça atenção, suscite reflexões pertinentes às finalidades do prémio. Justifica, por escrito, a própria escolha referindo-se ao papel dos técnicos e dos artífices e dando particular atenção à responsabilidade da sua gestão.

Modalidade

O prémio articula-se adequando-se às características do lugar escolhido.

A campanha de sensibilização prevê: a publicação de um dossier para dar a conhecer o lugar, a sua história, geografia e estado actual, os técnicos, artífices e conservadores; a recolha de materiais bibliográficos e cartográficos para consulta; a entrega de um contributo financeiro de vinte e cinco milhões de liras italianas cuja aplicação será acordada com a entidade ou a pessoa responsável pela gestão do lugar escolhido; a organização de uma cerimónia pública, dirigida em particular às entidades públicas, às comunidades cientí-

fica, artística, técnica e operativa, e em geral a todos os que, no campo da paisagem e do jardim, possam promover a elevação do gosto, a formulação de novas atitudes de investigação e de projecto, a qualificação dos modelos de gestão. No decorrer da cerimónia é entregue à entidade ou à pessoa responsável pela gestão do lugar um prémio simbólico, constituído pelo troféu desenhado por Carlo Scarpa (1906-1978), o criador de jardins que dá nome ao prémio.

Fundação Benetton Studi Ricerche

Cerca do Mosteiro de Tibães

Motivações do júri

O júri do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim decidiu, por unanimidade, dedicar a nona edição do prémio (1998) à *Cerca do Mosteiro de Tibães*, cerca de mosteiro, vasto conjunto de matas, pomares, hortas e jardins, lagos e aquedutos, obras arquitectónicas e decorativas de pedra, nas faldas que descem do monte de São Gens ao lugar de Mire de Tibães e ao rio Cávado, nos arredores da cidade de Braga, na região do Minho, extremo norte de Portugal.

A paisagem cultural, com uma área original de 40 hectares, rodeados por um alto muro, e tendo por centro o edifício do mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães, é testemunho de uma natureza particularmente fértil, entre o oceano e a montanha, com chuvas abundantes que fazem correr as águas das nascentes; natureza na qual a plurimilenar presença humana executou um trabalho hábil e multiforme, capaz de usar com particular sabedoria a água e os mais diversos materiais, do granito à madeira, da argila ao ouro, e de cultivar a terra com um profundo conhecimento do mundo vegetal e da sua infinita disponibilidade experimental.

Tudo isto se adensa, com sinais visíveis, na experiência do monaquismo

beneditino nas suas diferentes fases; o estabelecimento inicial, entre o final do século X e o século XIII; a longa crise dos tempos tardo-medievos à Contra-Reforma; e o renascimento, de meados de Quinhentos até finais de Setecentos, quando Tibães se transforma na Casa Mãe dos mosteiros beneditinos de Portugal e do Brasil.

Após dois séculos de degradação, sem os monges, o conjunto foi adquirido pelo Estado Português em 1986, ficando afecto ao Instituto Português do Património Arquitectónico. É a este novo início de atenção, de propostas e de intervenções concretas que se dirige com confiança a nona edição do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim.

Com esta escolha unânime, o júri, continuando a sua peregrinação pelos sítios e pelos exemplos da história da paisagem e do jardim, pretende sensibilizar para uma área geográfica, a lusitana, que é normalmente relegada para a margem das atenções cognitivas e dos juízos de valor. Trata-se de um esquecimento aberrante que envolve muitas outras civilizações e que exige adequadas correcções históricas e geográficas.

Portugal apresenta-se como um variado, vivo e peculiar universo de património paisagístico. Toca-nos o papel e o sentido da paisagem agrária, a qualidade e a ordem da agricultura, o cuidado com os detalhes das vinhas, o gosto pelo trabalho no campo, num país marcado por uma história marítima e por uma omnipresente tensão de sentimentos e de interesses voltados para o mar.

Para perceber estes paradoxos aparentes, é necessário repensar na espessura e no cadinho das relações e das influências culturais e antropológicas vividas por Portugal nos contactos com outras áreas geográficas, desde as mais longínquas, como a indiana, às mais próximas, como a árabe ou a flamenga.

Entre tantos e tão diversos lugares portugueses de grande riqueza, o júri escolheu a Cerca do Mosteiro de Tibães por corresponder às finalidades do Prémio Internacional Carlo Scarpa para o Jardim, ao representar com clareza a complexidade das tarefas da gestão da paisagem.

Tibães apresenta um conjunto exemplar de questões teóricas e práticas para a salvaguarda e a valorização da relação entre as características hidrogeológicas naturais e as impressionantes transformações levadas a cabo pelo engenho e pelo trabalho humano para gerir a água, para definir os espaços cultivados, para trabalhar a pedra e a madeira. Entre os testemunhos desta relação sobressai o *escadório*, que do mosteiro sai até à Capela de São Bento, silenciosa subida do homem a que corresponde a calma e deslizante descida da água. A escadaria de água, de pedra e de pequenos jardins e pomares laterais, em socalcos, é um “topos” que se liga a outros sítios importantes na paisagem cultural lusitana, desde o Sacro Monte do Buçaco até ao impressionante Santuário do Bom Jesus do Monte, em Braga.

Em Tibães é visível toda a estratigrafia da relação entre o monaquismo ocidental e a cultura da paisagem. A forma economicamente auto suficiente e a atitude modificadora do ambiente físico, em particular do ordenamento hidráulico, característica constitutiva da ideologia e da organização monásticas, conferem aos lugares uma organização definitiva ainda legível não obstante os quase dois séculos de ausência dos monges e as vicissitudes da incerteza e, muitas vezes, da degradação.

O júri pretende, por fim, assinalar, em Tibães, o eloquente empenho de uma jovem democracia no património histórico e cultural, através do Instituto Português do Património Arquitectónico. Actua em Tibães uma equipa técnica que enquadra agricultores, jardineiros, mineiros, técnicos de conservação e restauro e operários da construção civil, dirigidos por Aida Maria Reis da Mata em colaboração com Maria João Dias Costa. Elas estão, mais do que ninguém, conscientes do quanto ainda tem de ser estudado e realizado, e de como poderão ser utilizados os vinte e cinco milhões de liras do prémio para algumas destas investigações e destas propostas, na Cerca do Mosteiro. Deste admirável complexo de Tibães chega uma mensagem de esperança para todo o património histórico e paisagístico. A esta mensagem entendeu o Júri responder dedicando-lhes o troféu Carlo Scarpa na nona edição do Prémio Internacional que tem o seu nome.

Treviso, 9 Maio 1998

Fundazione Benetton Studi Ricerche